



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ISABEL CRISTINA SANTOS RODRIGUES

O PSICÓLOGO ESCOLAR FRENTE À EDUCAÇÃO INFANTIL: Possibilidades e desafios de atuação.

Juazeiro do Norte
2019

ISABEL CRISTINA SANTOS RODRIGUES

O PSICÓLOGO ESCOLAR FRENTE À EDUCAÇÃO INFANTIL: Possibilidades e desafios de atuação.

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para a obtenção do grau de bacharelado em Psicologia.

Orientador: Indira Feitosa Siebra De Holanda

O PSICÓLOGO ESCOLAR FRENTE À EDUCAÇÃO INFANTIL: possibilidades e desafios de atuação

Isabel Cristina Santos Rodrigues¹
Indira Feitosa Siebra de Holanda²

RESUMO

A psicologia enquanto ciência que estuda o comportamento humano busca lançar sobre o sujeito um olhar ampliado, considerando-o como uma totalidade. Possui função social, não somente como campo da ciência que contribui para a compreensão dos conflitos humanos, mas também como área do conhecimento que vem crescendo e ganhando cada vez mais espaços de atuação, dentre elas a escolar, desempenhando papel de agente de mudança. Nesse sentido, esse estudo propõe uma problematização a respeito das possibilidades e os desafios da atuação do psicólogo na educação infantil. O presente artigo se faz importante por buscar fazer um resgate da teoria, já que esta não deve ser vista com rigidez. Fazendo-se necessário observá-la como algo em constante construção, por tanto, ao fazer um apanhado teórico a respeito do tema, torna-se claro o caráter atualizante que a teoria deve exercer. O tema justifica-se também, por compreender que a psicologia escolar como modelo de atuação profissional que ver no processo de escolarização seu campo de ação, volta-se para a escola e para as relações que ali são construídas, podendo contribuir para a amenização de possíveis conflitos escolares, desenvolvendo na comunidade escolar, espaço que contribua para o desenvolvimento humano. O estudo possui objetivo de compreender as possibilidades e os desafios da atuação do psicólogo escolar na educação infantil, buscando identificar como deve ser o trabalho do psicólogo vinculado ao trabalho de outros profissionais no contexto escolar. Sendo possível assim, refletir como esse profissional pode participar da formação dos educadores e por fim, discutir como são as intervenções no cenário da educação infantil conduzidas pelo psicólogo. O estudo consiste em uma pesquisa de natureza qualitativa, e caráter bibliográfico, descritivo-exploratório. A pesquisa bibliográfica foi realizada através do levantamento de referenciais teóricos já publicados e analisados em meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos, monografias, teses e páginas de web sites. Pode-se inferir apesar dos desafios que ainda estão envoltas no trabalho do psicólogo na educação infantil, o seu fazer vem sendo discutido de acordo com as demandas que surgem nas instituições sociais, mostrando-se um profissional relevante para esse contexto, ao passo que contribui com suas intervenções.

Palavras-chave: Psicólogo escolar. Educação infantil. Escola.

ABSTRACT

Psychology as a science that studies human behavior seeks to throw an extended look on the subject, considering it as a totality. It has a social function, not only as a field of science that contributes to the understanding of human conflicts, but also as an area of knowledge that has been growing and gaining more and more space for action, among which the school, playing the role of agent of change. In this sense, this study proposes a problematization about the possibilities and the challenges of the psychologist 's performance in early childhood education. This article is important because it seeks to rescue the theory, since it should not be

¹Discente do curso de Psicologia da UNILEÃO. Email: isabel.rodriguesrl@hotmail.com

²Docente do curso de Psicologia da UNILEÃO. Email: indira@leaosampaio.edu.br.

viewed with rigidity. If it is necessary to observe it as something in constant construction, therefore, when making a theoretical collection on the subject, it becomes clear the updating character that the theory must exert. The theme is also justified, because it understands that school psychology as a model of professional activity to see in the schooling process its field of action, turns to the school and to the relationships that are built there, and can contribute to the possible school conflicts, developing in the school community, space that contributes to human development. The objective of this study is to understand the possibilities and challenges of the school psychologist 's role in early childhood education, seeking to identify how the work of the psychologist linked to the work of other professionals in the school context should be. It is possible, therefore, to reflect on how this professional can participate in the training of educators and, finally, to discuss how interventions in the child education scenario are conducted by the psychologist. The study consists of a research of qualitative nature, and bibliographic, descriptive-exploratory character. The bibliographic research was carried out through the collection of theoretical references already published and analyzed in written and electronic media, such as books, articles, monographs, theses and pages of web sites. It can be inferred in spite of the challenges that still are involved in the work of the psychologist in the infantile education, its doing has been discussed according to the demands that appear in the social institutions, being a professional relevant for this context, whereas it contributes with their interventions.

Keywords: School psychologist. Child education. School.

1 INTRODUÇÃO

A Psicologia enquanto ciência que estuda o comportamento humano busca lançar sobre o sujeito um olhar ampliado, considerando-o como uma totalidade. Possui função social, não somente como campo da ciência que contribui para a compreensão dos conflitos humanos, mas também como área do conhecimento que vem crescendo e ganhando cada vez mais espaços de atuação, dentre elas a escolar, desempenhando papel de agente de mudança. Nesse sentido, esse estudo propõe uma problematização a respeito das possibilidades e os desafios da atuação do psicólogo na educação infantil.

A prática do psicólogo escolar na Educação Infantil, assim como em outras áreas, vem sendo debatida por meio do crescimento das demandas nas diferentes instituições sociais. Por conseguinte, o profissional da Psicologia ao refletir sobre sua forma de atuação, busca novas maneiras de compreensão para sua intervenção, analisando o conhecimento psicológico e suas ferramentas tradicionais de atuação, moldando-as aos novos ambientes, levando em consideração as limitações intrínsecas às instituições (ZENDRON *et al*, 2013).

O tema justifica-se por compreender a Psicologia escolar como modelo de atuação profissional e ver no processo de escolarização seu campo de ação. Volta-se para a escola e para as relações que ali são construídas, podendo contribuir para a amenização de possíveis

conflitos escolares, desenvolvendo dentro da comunidade espaço que contribua para o desenvolvimento humano.

O presente estudo se faz importante também por buscar fazer um resgate da teoria, tendo em vista que esta não deve ser enxergada de maneira rígida. Sendo necessário observá-la como algo em constante construção, por tanto, ao fazer um apanhado teórico a respeito do tema, torna-se claro o caráter atualizante que a teoria deve exercer.

No tocante a justificativa pessoal, o desejo de pesquisar acerca dessa temática, surgiu após inquietações pessoais levantadas durante a realização de um estágio em uma escola da rede estadual de ensino. Observou-se que a falta do profissional da Psicologia, acarretou em uma dificuldade dos demais profissionais da instituição em compreender qual é o real papel do psicólogo escolar. Assim, sendo possível constatar que a sua prática ainda é muito atrelada a um trabalho clínico nesse espaço.

Dessa forma, a pesquisa apresenta o objetivo geral de compreender as possibilidades e os desafios da atuação do psicólogo escolar na educação infantil. No tocante aos objetivos específicos, busca identificar como pode ser o trabalho do psicólogo vinculado ao trabalho de outros profissionais no contexto escolar. Podendo assim, refletir como esse profissional pode participar da formação dos educadores e por fim, discutir como são as intervenções no cenário da educação infantil conduzidas pelo psicólogo.

O estudo consiste em uma pesquisa de natureza qualitativa e caráter bibliográfico, descritivo-exploratório, onde foi realizada a revisão dos artigos nos periódicos mais tradicionais especificamente dirigidos aos estudos sobre a psicologia escolar. Essas plataformas são os Periódicos Capes, Pepsic, *Scielo* e Google acadêmico. A pesquisa bibliográfica foi realizada através do levantamento de referenciais teóricos já publicados e analisados em meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos, monografias, teses e páginas de *web sites* (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Os critérios de inclusão empregados foram os seguintes: artigos científicos publicados nos últimos 10 anos, com observação de alguns que não estavam delimitados nesse período de tempo, mas foram considerados relevantes para a realização da pesquisa. Todos os estudos inclusos possuem as seguintes palavras-chave: escola, psicólogo escolar e educação infantil.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

2.1 A ESCOLA: EVOLUÇÃO E NOVOS PAPÉIS

O sistema educacional que predomina atualmente não deixa de ser um reflexo do que predominava no passado e uma elaboração do futuro. A escola vai se moldando de acordo com a época e a partir de novos fatores que demandam outras necessidades, já que há sempre novas exigências sociais atribuídas a ela (DREY; BRUSTOLIN, 2012).

A escola sempre foi posta como uma das instituições sociais mais importantes e que acompanha quase todo o processo evolutivo da humanidade, desde o ensino primitivo, até o modelo educacional vigente. O processo de educação nas comunidades primitivas trabalhava em uma perspectiva informal e ensinavam coisas relacionadas às atividades coletivas que visavam à sobrevivência e reprodução de padrões culturais (PONCE, 1981).

No Brasil, a historiografia da escola é marcada pela criação das escolas paroquiais que foram instauradas pela igreja. Com a chegada dos jesuítas houve o desejo de educar os índios e crianças órfãos com o objetivo de instruí-los e torná-los sacerdotes. Os portugueses que chegaram ao Brasil em 1500 foram aos poucos importando o modelo europeu de educação chamado “*Ratio Studiorum*”. Era um modo determinista de ensino e que possuía aperfeiçoamentos do iluminismo (NETO SHIGUNOV; MACIEL, 2008).

Com o fim do mercantilismo e com o início da Reforma Pombalina, esse modelo escolar que vinha sendo usado foi retirado e dado lugar ao modelo de instrução régia que oferecia uma forma de ensino dentro das casas, com apenas um professor e uma única disciplina. Porém, foi somente com a chegada do período República Nova que a escola passa por mudanças expressivas, e torna-se uma obrigatoriedade e direito de todos (NETO SHIGUNOV; MACIEL, 2008).

Tradicionalmente a escola parte do pressuposto de não permitir ao educando possibilidade de questionamento a autoridade do professor, ele participa de forma passiva do seu processo de aprendizagem. Diante dessa perspectiva nota-se o ensino colocado apenas como a transmissão de conhecimentos prontos para que o aluno possa memorizar, acumular e replicar (DREY; BRUSTOLIN, 2012).

Em contrapartida a esse modelo tradicionalista, surge no século XIX a escola nova que pregava um método de ensino mais aberto, descentralizador e crítico. Segundo essa iniciativa, o aluno é colocado como o centro da escola, o protagonista nesse processo de ensino aprendizagem. A avaliação passa a ser abordada de forma qualitativa e o aluno é colocado de forma ativa nesse espaço. Essa escola possui lemas a serem seguidos, como atividade, vitalidade, liberdade, individualidade e coletividade (SILVA, 2012).

Em meados do século XX surgiu o modelo construtivista de ensino, pregando um modelo onde a aprendizagem é vista como uma construção individual. Ou seja, é através de

compreensões pessoais que é regido o ato de conhecer, portanto, o sujeito não irá copiar a realidade, mas vai construí-la por meio de suas representações internas. Esse método de ensino foi criado por Jean Piaget (1896-1980) e prima para que o aluno participe ativamente do seu processo de aquisição de conhecimento, oferecendo ao aluno uma oportunidade de experienciar de maneira concreta e significativa a construção de seus próprios modelos, conceitos e estratégias de aprendizagem (CARRARO; ANDRADE, 2009).

Apesar das diversas formas, modelos e configurações escolares, esta desempenha função social no que tange a formação de sujeitos históricos, criando espaço de sociabilidade que permita a construção de conhecimento. É um dispositivo que busca por meio do conhecimento, da socialização, permitir a autonomia do sujeito da comunidade, melhorando assim as relações existentes nesse grupo. Desta forma acredita-se que ela dispõe de subsídios para fazer com que o indivíduo perceba-se inserido no meio social e desenvolva um olhar mais crítico em relação aos acontecimentos que envolvem o seu campo de vivência (NOBRE; SULZART, 2018).

A escola possui essencialmente papel de fornecer conhecimentos específicos que não serão transmitidos em nenhum outro espaço, se não nela. Possui objetivo de alfabetizar, mas não somente. A escola dispõe de outros papéis importantes para a construção social. O conhecimento científico pode oferecer ferramentas para que o sujeito possa ter consciência e compreender seu entorno. Por isso, é indispensável que a escola replique o conhecimento universal e padrão sem torná-los distantes da realidade cotidiana, para que o aluno mude sua percepção em relação ao mundo, fazendo com que ele construa uma consciência reflexiva e de transformação do seu meio (NOBRE; SULZART, 2018).

Na contemporaneidade a escola simboliza a diversidade de realidades práticas e funcionais, mas o seu foco real está voltado para o desenvolvimento intelectual dos seus educandos. Nesse sentido, para auxiliar nessa demanda, o psicólogo deve integrar valores e operar como agente de construção do saber, estimulador de dúvidas e reflexões sobre o fazer pedagógico (PEREIRA; CARLOTO, 2016).

2.2 A EDUCAÇÃO INFANTIL

Diante de uma perspectiva histórica a educação da criança esteve durante muito tempo sob responsabilidade da família, pois se acreditava que a partir da relação com os adultos e o convívio com crianças de sua faixa etária, era possível aprender sobre as normas e regras de sua cultura (LEITE FILHO, 2001).

Com a mudança dos modos de produção domésticos para o sistema fêbril, onde as máquinas substituíram a força humana pela força motriz, fez com que as pessoas se submetessem ao regime de fabricas, dando oportunidade para que as mulheres pudessem ocupar esse espaço, o que conseqüentemente alterou a forma de cuidar e educar seus filhos. O nascimento da indústria modificou o sistema social vigente na época, transformando os hábitos e costumes das famílias, nesse sentido as mães, deixavam seus filhos com outras mulheres conhecidas como mercenárias, que ao não ocuparem os trabalhos em fabricas ganhavam para cuidar dos filhos de operarias (PASCHOAL; MACHADO, 2009).

As primeiras instituições que surgiram na Europa e Estados Unidos possuíam intuito de cuidar das crianças no período de tempo em que as mães estavam no trabalho. As creches, escolas maternais e jardins de infância, davam assistência focando na guarda, higiene, alimentação e os cuidados físicos. No entanto, apesar dos modos de fazer dessas escolas estarem voltados para os cuidados assistências, Kuhlman (2001) salienta que havia também uma preocupação com o processo de ensino e aprendizagem das crianças. Um exemplo disso é a escola de Robert Woen criada em 1816, concebida em uma perspectiva pedagógica, onde eram ensinados assuntos relacionados à natureza, dança e canto (PASCHOAL; MACHADO, 2009).

Não havia até meados dos anos 70 legislação que garantisse a educação infantil. Foi somente ao final da década de oitenta que instituições não governamentais, pesquisadores na área e outros, buscaram maneiras de conscientizar a sociedade em relação ao direito que a criança possui em ter uma educação de qualidade nos primeiros anos de vida (BITTAR, 2003).

Dois anos após implementação da constituição de 1988, surgiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) através da Lei 8.069/90, que, ao regulamentar o art. 227 da Constituição Federal, adentra as crianças no mundo dos direitos humanos. De acordo com seu artigo 3º, a criança e o adolescente devem ter assegurados os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, para que seja possível, desse modo, ter acesso às oportunidades de “[...] desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (BRASIL, 1994). Além disso, a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional de 1996 insere a educação infantil como primeira etapa da educação básica. Possuindo finalidade de promover o desenvolvimento integral da criança que vai até os seis anos de idade (BRASIL, 1996).

Diante do exposto, percebe-se que foram promulgadas uma serie de direitos voltados para a criança pequena, uma vez que a educação infantil, que é a primeira etapa da educação

básica, mesmo não sendo uma obrigatoriedade, é um direito da criança e pode promover condições para o seu desenvolvimento motor, emocional, social e intelectual, ampliando as experiências da criança, por tanto, é função do profissional que trabalha nesse ambiente oportunizar situações que desenvolvam suas potencialidades. Dentre os profissionais que se relacionam de maneira direta ou indireta nas creches e que podem contribuir para o desenvolvimento e autonomia infantil, destacam-se professores, auxiliares, psicólogos, pedagogos e coordenadores (PASCHOAL; MACHADO, 2009).

Navarro (2009) expressa que o brincar proporciona a criança uma maior autonomia e contribui para o desenvolvimento de sua personalidade. Nesse sentido, desaprovam modelos tradicionais nas escolas que preconizam o cerceamento como modo de manter a ordem e a harmonia, enfatizando a limitação motora das crianças, com objetivo de não desconcentrá-las.

Diante disso, atividades lúdicas são práticas pedagógicas, pois além favorecer a estimulação motora da criança, contribui para o aprimoramento da atenção, memória, imaginação, autonomia, interações grupais, experimentação de regras e papéis sociais, bem como a expressão de seus sentimentos. Dessa forma, essas atividades utilizadas como método de intervenção dentro do ambiente escolar devem ser vistas como algo que pode proporcionar o desenvolvimento infantil, e por tanto, não devem ser negligenciadas (WAJSKOP, 1995).

De acordo com Vygotsky (2007), o brincar não é um fator preponderante na infância, mas é um aspecto relevante no que concerne o desenvolvimento, propiciando avanços importantes para a construção subjetiva do sujeito, como, por exemplo, a dimensão cognitiva e afetiva. As instituições de ensino infantil na atualidade são espaços que compartilham com a família o cuidado e a educação das crianças. A escola é geralmente o primeiro espaço socializador externo ao contexto familiar. Nesse sentido, é indispensável que este local ofereça uma experiência segura e protegida, atuando como ambiente de uma aprendizagem saudável. Faz-se imprescindível o bom recebimento dessa criança nesse espaço, pois essa ocasião configura-se como a saída da unidade familiar para o início de uma nova vivência, o que simboliza uma etapa geradora de desenvolvimento de sua identidade e autonomia (VALE, 2012).

Dessa forma, cabe ao educador encorajar as crianças a buscarem novas descobertas e estimularem suas potencialidades e capacidades inventivas, não ensinando conceitos já prontos e acabados. Esse encorajamento torna-se indispensável para o bom desenvolvimento de sua subjetividade e autoconhecimento. Desenvolvendo um pensamento crítico e reflexivo, que oportunizem novos saberes (SALTINI, 1997).

2.3 O PAPEL DO PSICÓLOGO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Sabe-se que atualmente a Psicologia possui uma diversidade de campos de atuação, alguns mais consolidados que outros. Contudo, no Brasil ainda é possível ver em alguns contextos uma visão muito reduzida do fazer desse profissional atrelando seu trabalho apenas ao atendimento em consultório de pessoas com problemas psicológicos, e de fato, a Psicologia clínica é uma das áreas da Psicologia mais conhecidas (VIANA, FRANCISCHINI, 2016).

Entretanto, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) expõe e reconhece outras áreas de atuação, devidamente registradas na resolução 013/07 Psicologia Escolar/Educacional, Psicologia Organizacional, Psicologia do Trânsito, Psicologia clínica, Psicologia hospitalar, Psicologia Jurídica, Psicologia social e Neuropsicológica. Para este momento o enfoque será dado a Psicologia Escolar (PATIAS; ABAID; GABRIEL, 2011).

Compreende-se a Psicologia escolar como campo de estudo e atuação, que possui o seu foco sobre o contexto educacional (escolar ou extraescolar) e na reavaliação crítica dos saberes já acumulados, não somente pela Psicologia, mas também pela Pedagogia e Filosofia da educação. Nesse sentido, o trabalho do psicólogo escolar deve ser pautado no compromisso teórico e prático voltando-se para assuntos escolares e educacionais, independentemente do local de trabalho em que esteja (MEIRA; ANTUNES, 2003).

Fazendo um breve levantamento histórico, observa-se que o surgimento da Psicologia escolar relaciona-se diretamente com a psicometria e com a aplicação de testes psicológicos. Por tanto, os trabalhos realizados por este profissional a partir do final do século XIX dentro do sistema educacional era voltado para a classificação das crianças quanto a sua aptidão em aprender ou não os conteúdos ministrados em sala de aula. Era comum também a prática de terapia na escola, avaliação psicológica, ações preventivas com os pais, professores e administradores (VIEIRA; HANSEN; VIEIRA, 2009).

O psicólogo escolar pode atuar nesse contexto nos diferentes níveis do processo de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior. Apesar disso, ainda não foi aprovado o projeto de lei (PL) 3688/2000 que prevê a inserção de psicólogas (os) na rede pública de educação básica, o que dificulta a chegada desse profissional ao contexto escolar e a autonomia e legitimação da área (BRASIL, 2000).

O psicólogo escolar como foi sugerido por Andaló (1984), é aquele profissional em que, sem excluir as contribuições da psicologia clínica e acadêmica, possa colaborar no contexto escolar assumindo papel de agente de mudança. Atuando nesse sentido, como um

sujeito que promove o pensamento reflexivo e conscientizador dos papéis que cada membro das instituições possui. Diante disso, o trabalho não será focado somente sobre o aluno, mas atuara nas relações construídas neste contexto, levando-se em conta o meio social que estão inseridos esses indivíduos.

Voltando-se para o contexto da educação infantil, o psicólogo possui possibilidades de intervenção, abrangendo a equipe pedagógica, as próprias crianças que compõem esse contexto, bem como com o modelo pedagógico da creche. É possível que esse profissional atue na formação dos demais profissionais que trabalham na instituição, oferecendo subsídios para a realização de tarefas cotidianas neste espaço. Esses objetivos podem ser atingidos por meio de ações como palestras durante reuniões pedagógicas com professores e demais profissionais, através de grupos de crianças com temáticas que abordem assuntos pertinentes ao contexto e também por meio de conversas informais no dia-a-dia escolar (DELVAN; RAMOS; DIAS, 2002).

Uma das mais importantes maneiras de intervenção do psicólogo no ambiente escolar se faz através do contato com a família, de maneira especial na educação infantil, pois nessa idade os pais ainda são referências vitais para a criança. Nesse sentido, o psicólogo precisa pautar o seu trabalho na busca por aproximação entre família e instituição, como forma eficaz de facilitar o diálogo (DELVAN; RAMOS; DIAS, 2002).

De acordo com Patias *et al* (2011), a escola e a família configuram-se como os dois pilares mais importantes quando se trata do desenvolvimento de um indivíduo. Por isso, torna-se imprescindível que haja a integração entre esses dois ambientes, para que o desenvolvimento da criança ocorra de maneira integral. Apesar disso, é um desafio para o psicólogo e a instituição conseguir que os pais se vejam imbricados no processo de ensino-aprendizagem de seus filhos.

O que ocorre em não raros casos é a escola sendo atribuída a responsabilidade de educar de forma integral a criança que chega, e esses profissionais passam a atuar em alguns aspectos como substitutos das figuras maternas e paternas. Nesse sentido, o psicólogo se insere no contexto da educação infantil para contribuir de forma positiva para o estreitamento dessas relações, desenvolvendo na família um pensamento de responsabilização nesse processo (MACARINI; MARTINS; VIEIRA, 2009).

Durante a educação infantil, as famílias enfrentam alguns períodos críticos ou de transição. Esses momentos fazem parte do desenvolvimento e é importante que se criem formas de enfrentamento do momento atípico, para que sejam experienciados de maneira saudável e sem trazer prejuízos para a família e nem para a criança. Na educação infantil há

duas transições importantes causam desconforto para a família e para a criança, a primeira é a entrada na creche e a segunda a sua saída para o ensino fundamental. Apesar de esse ambiente representar um espaço onde a criança vai poder estabelecer contato social com pessoas que não são de família e facilitar sua interação social posteriormente, ainda é considerando uma situação crítica, pois muitas vezes a mãe não quer se desvincular do seu contato freqüente com a criança (ZABALZA, 2007).

Nesse contexto, é papel da instituição promover algumas ações que facilitem esse processo de adaptação. Nesse viés, o psicólogo pode auxiliar com seu arcabouço teórico e prático a equipe pedagógica para o desenvolvimento de intervenções, em que devem ser evidenciados os sentimentos dos pais diante da situação, caso esses sentimentos sejam nervosismos, medo, apreensão ou culpa a criança pode notar esses sinais e isso a afeta (ZENDRON *et al*, 2013).

A atuação do psicólogo nesses momentos de transição surge com objetivo de prevenir a saúde mental das crianças, bem como de seus familiares. Destarte, este profissional não atua somente intervindo diante das adversidades, mas também na prevenção. É importante salientar essa vertente preventiva do trabalho do psicólogo escolar, pois retira o papel do profissional curativo imposto no início de sua prática (CARDOSO, 2002).

A prevenção em saúde mental refere-se a ações que objetivem reduzir a ocorrência de conflitos futuros. A compreensão vigente da atenção integral a saúde mental, de maneira especial no contexto escolar, está descrito no decreto do poder executivo Brasileiro, número 6286/2007 em que institui o programa saúde na escola no SUS. Essa implementação demonstra que o papel da escola não é apenas se preocupar com a transmissão de conteúdos, mas também com o desenvolvimento psicossocial do aluno (VIEIRA; HANSEN; VIEIRA, 2009).

Nesse viés, é bastante pertinente a argumentação de que o modo de atuação do psicólogo na educação infantil deve ser embasado do trabalho interdisciplinar, onde precisam ser levados em consideração o contexto e as situações que demandam uma maior resolutividade e devem ser observadas e avaliadas de maneira crítica (VOKOY; PEDROZA, 2005).

Diante disso, a literatura aponta que o trabalho do psicólogo dentro da educação infantil pode ser realizado de diversas maneiras, como a participação em reuniões com a equipe pedagógica da instituição, em que podem ser discutidos tanto questões educacionais como a relação interpessoal dos profissionais até assuntos específicos pertinentes a escola. Além disso, pode participar de reuniões com os pais e nesse momento o psicólogo pode

apresentar como se dar a participação e comunicação família-creche. Ademais, é importante que esteja claro para os pais que o psicólogo está disponível para tratar de assuntos voltados para a criança e o seu desenvolvimento escolar (ZENDRON *et al*, 2013).

Nesse ínterim, o psicólogo pode também realizar avaliação das crianças no espaço escolar, esse trabalho se faz por meio da observação técnica da rotina das crianças com intuito de conhecer como se dão as relações que elas possuem com os professores, colegas e com o meio. Caso surja alguma situação que demande do psicólogo uma atenção mais acentuada em relação a uma determinada criança, podem ser realizados atendimentos individuais, utilizando de técnicas lúdicas que permitirão a essa criança uma maneira de expressar o seu sentimento através do brincar. Se por ventura a demanda trazida ultrapasse a prática do psicólogo neste espaço, é necessário que se faça o encaminhamento para outro profissional que possa trabalhar de forma mais aprofundada as demandas trazidas pela criança (COSTA; GUZZO, 2006).

No ambiente escolar a criança deseja ser acolhida, aceita e ouvida para que possa despertar a sua curiosidade para o aprendizado. A postura do professor manifesta-se na percepção e na sensibilidade aos interesses das crianças, que em cada idade, diferem seus comportamentos e a maneira de ver o mundo. Diante disso é trabalho do psicólogo prestar auxílio no desenvolvimento da prática pedagógica, de forma que promova espaços de discussões com os professores sobre temas do dia-a-dia escolar. É possível também criar um espaço de escuta e acompanhamento do cotidiano do professor, para que seja se possam conhecer as suas necessidades (VIEIRA; HANSEN; VIEIRA, 2009).

Diante do exposto, percebemos que se faz relevante o psicólogo promover uma visão dialógica da realidade para não rotular e estereotipar o diferente e o desafio de desvincular o trabalho do psicólogo na escola, da prática clínica que predominou durante muito tempo nas instituições escolares. A escola é o espaço da diversidade e inclusão e ao psicólogo cabe perceber o sujeito historicamente situado e a partir disso contribuir para o desenvolvimento da personalidade das crianças, visando à constituição de sujeitos autônomos, críticos e reflexivos.

É importante salientar que o psicólogo no cenário escolar, bem como os outros técnicos na escola, não é o protagonista da cena. O seu fazer é direcionado aos bastidores da escola, prestando auxílio ao educador na sua prática e os demais profissionais, oportunizando espaço de reflexão e construção de conhecimento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto anteriormente pode-se inferir que o trabalho do psicólogo escolar na educação infantil vem sendo discutido de acordo com as demandas que surgem nas instituições sociais. Este desempenha papel relevante no que concerne o alcance dos objetivos pedagógicos, aproximando a família da escola, e assim possibilitando através de suas intervenções que os pais compreendem a parte que lhe cabe no processo de ensino e aprendizagem, visando à formação de sujeitos históricos, autônomos e críticos.

Apesar das inúmeras lacunas que existe a respeito dessa prática e dos desafios, a literatura deixa nítido o quanto relevante é o fazer da Psicologia para o contexto escolar, não somente por seu trabalho realizado com os alunos, mas na prática pedagógica dos docentes. Baseando o seu trabalho em um modo de fazer mais crítico a fim de que se supere o modelo clínico que predominou durante algum tempo e que hoje ainda apresenta resistência em ser extinto.

A realização da presente pesquisa contribui para que o caráter atualizante que a literatura deve exercer seja mais uma vez reforçado. No tocante as suas limitações, nota-se que há uma escassez nas produções sobre a temática abordada nos últimos dez anos. E, por este motivo houve a necessidade de recorrer a outras produções que não estavam delimitadas neste período de tempo, para que os objetivos do presente artigos pudessem ser contemplados, suscitando assim o investimento em pesquisa tanto de cunho bibliográfico quanto de campo a respeito das possibilidades de atuação do psicólogo na educação infantil.

REFERÊNCIAS

ANDALÓ, C. S. A. **O papel do psicólogo escolar**. Psicol. cienc. prof. vol.4 no.1 Brasília 1984. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931984000100009. Acesso em: 22 de maio de 2019.

BRASIL, Assembleia Legislativa. Projeto de Lei N.º 3.688-F, de 2000 substitui o projeto de Lei nº 3.688-C, de 2000 que “dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica”; Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1359998&filename=Avulso+- Acesso em: 22 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº. 9.394, de 20 de dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Política nacional de educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1994.

BITTAR, M.; SILVA, J. P.; MOTTA, M. C. A. In: Russeff, I. e Bittar, M. (Orgs.) **Educação Infantil: política, formação e prática docente**. Campo Grande: Plano, 2003, p. .

CARRARO, P.R.; ANDRADE, A. S. Concepções docentes sobre o construtivismo e sua implantação na rede estadual de ensino fundamental. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, São Paulo, v.13, n.2, p. 261-268, 2009.

COSTA, A. S., GUZZO, R. S. L. Psicólogo escolar e educação infantil: um estudo de caso. **Escritos sobre educação**, Ibitiré, v. 5, n. 1, p. 05-12, 2006.

CARDOSO, C.L. A inserção do Psicólogo no Programa de Saúde da Família. **Psicologia e profissão**, Brasília, v. 23, n.16, p. 2-9, 2002.

DELVAN, J. S., RAMOS, M. C., DIAS, M. B. **A psicologia escolar/educacional na educação infantil: o relato de uma experiência com pais e educadores**. 2002. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/1077/791>. Acesso em: 21 de maio de 2019.

DREY, V.; BRUSTOLIN, F. J. **Desafios e reflexões: o paradigma da educação atual**. In: IX ANPED SUL, 2012, Caxias do Sul. Anais do IX ANPED SUL - Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Caxias do Sul/RS: UCS, 2012. v. 1. p. 1-17.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

KUHLMAN JR. O jardim de infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. In: MONARCHA, C. (Org.). **Educação da infância brasileira: 1875- 1983**. Campinas,: Autores Associados, 2001, p. 3-30.

LEITE FILHO, A. Proposições para uma educação infantil cidadã. In: GARCIA, R. L.; LEITE FILHO, A. (Orgs.). **Em defesa da educação infantil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 29-58.

MACARINI, S. M., MARTINS, G. D. F., VIEIRA, M. L. Psicologia na educação infantil. **Paideia**, Ribeirão Preto, v. 19, n.43, p. 231-237, 2009.

MEIRA, M. E. M.; ANTUNES, M. A. M. **Psicologia escolar: teorias críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

NAVARRO, M. S. O brincar na educação infantil. **IX Congresso Nacional de Educação**, Porto Alegre, 2009, p. 2123-2137.

NETO SHIGUNOV, A.; MACIEEL, L. S. B. **O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões**. **Educar**, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008.

NOBRE, F. E. ; SULZART, S. O papel social da escola. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, Rio de Janeiro, v. 3, n.8, p. 103-115, 2018.

PASCHOAL, J. D. MACHADO, M. C. M. A história da educação infantil no brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.33, p.78-95, 2009

PATIAS, N. D., ABAID, J. L. W., GABRIEL, M. R. Concepções de família na escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 21, n.3, p. 663-665, 2011.

PATIAS, N. D; GABRIEL, M. R. Psicologia escolar/educacional no Brasil: como era e como deve ser. **Portal dos Psicólogos**, São Paulo, v. 7, n.4, 2011.

PEREIRA, C. M. R. B.; CARLOTO, D. R. Reflexões sobre a psicologia escolar. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 3, n. 4,p. 2010-2020, 2016..

PONCE, A. **Educação e luta de classe**. São Paulo: Cortez Editora e Autores associados, 1981.

SALTINI, C. J.P. **Afetividade e inteligência**. Rio de Janeiro: DPA, 1997.

SILVA, A. P. **O embate entre a pedagogia tradicional e a educação nova**: políticas e práticas educacionais na escola primária catarinense. Seminário em Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012, p. 1-16.

VALE, I. C. O. Educação Infantil: um olhar para a inserção. In: COUTINHO, S. C., DAY, G. VERENA, W. (Orgs.). **Práticas Pedagógicas na Educação Infantil**: diálogos á partir da formação profissional. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2012.

VIEIRA, V.,HANSEN, J., VIEIRA, M. L. **Psicologia escolar e educacional**: atuação e prevenção em saúde mental. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, v. 31, n.2, p. 72-92, 2009.

VIANA, N. V., FRANCISCHINI, R. **Psicologia escolar**: que fazer é esse? 1º edição. 2016. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/CFP_Livro_PsinaEd_web-1.pdf. Acesso em: 21 de maio de 2019.

VOKOY, T., PEDROZA, R. L. C. **Psicologia Escolar em educação infantil**: reflexões de uma atuação. **Psicol. Esc. Educ**, Brasília, v.9 n.1, p.95-104, 2005.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WAJSKOP, G. **Brincar na pré-escola**. São Paulo : Cortez, 1995.

ZENDRON, A. B. F. KRAVCHYCHYN, H.; FORTKAMP, E. H. T.; VIEIRA, M. L. **Psicologia e educação infantil**: possibilidades de intervenção do psicólogo escolar. **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 39, p. 108-128, 2013 .

ZABALZA, M. A. **Qualidade em educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

